



PODER

Pressão em Alcolumbre por CPI do Master

Parlamentares intensificam cobrança ao presidente do Senado pela instalação da comissão para investigar o banco, após vazamentos revelarem pagamentos da instituição a escritórios de advocacia e levantarem suspeitas sobre relações com agentes públicos

» ALÍCIA BERNARDES
» DANANDRA ROCHA

A pressão pela instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o Banco Master ganhou força no Senado após novos vazamentos de documentos que detalham a movimentação financeira da instituição liquidada pelo Banco Central em novembro passado. O senador Eduardo Girão (Novo-CE) afirmou, em discurso no plenário, que protocolou uma notificação extrajudicial ao presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), cobrando a abertura imediata da investigação.

Segundo o parlamentar, o requerimento atende a todos os critérios constitucionais e conta com amplo apoio político. De acordo com Girão, o pedido reúne fato determinado, prazo definido e mais de um terço das assinaturas necessárias nas duas Casas do Congresso — 239 deputados e 42 senadores. “Não é favor, é obrigação constitucional”, frisou, ao defender que a Mesa Diretora não tem prerrogativa para barrar a instalação da comissão.

A notificação foi apresentada em conjunto com os deputados Carlos Jordy (PL-RJ) e Marcel Van Hattem (Novo-RS), com o objetivo de formalizar que a Presidência do Senado já tinha ciência da demanda.

Girão destacou que a medida busca resolver o impasse “dentro da Casa política”, sem a necessidade de acionar outros Poderes, embora a judicialização já esteja em curso.

Em resposta, Alcolumbre indicou que deve convocar uma reunião de líderes para tratar de representações pendentes, incluindo a iniciativa do Novo. O presidente do Senado afirmou que pretende dar encaminhamento não apenas ao pedido relacionado ao Banco Master, mas também a outras demandas apresentadas por parlamentares no Conselho de Ética.

Lula Marques/Agência Brasil



Alcolumbre indicou que deve convocar uma reunião de líderes para tratar de representações pendentes, incluindo a iniciativa do Novo

A cobrança pela CPI se soma a uma articulação iniciada ainda em 2025, quando Girão protocolou o primeiro requerimento com 34 assinaturas — sete a mais que o mínimo exigido. O caso ganhou repercussão após a deflagração da Operação Compliance Zero, da Polícia Federal, e a posterior liquidação extrajudicial do banco pelo Banco Central, em meio a suspeitas de fraudes estimadas em R\$ 12 bilhões.

Paralelamente à movimentação política, novos documentos obtidos junto à Receita Federal e enviados à CPI do Crime Organizado revelaram que o Banco Master desembolsou ao menos R\$ 543 milhões para 91 escritórios de advocacia entre 2022 e 2025. Os valores cresceram de forma expressiva ao longo dos anos, saltando

de R\$ 40 milhões em 2022 para mais de R\$ 262 milhões em 2025, período em que a instituição já enfrentava investigações e restrições operacionais.

Entre os principais beneficiários está o escritório Barci de Moraes, que teria recebido cerca de R\$ 80 milhões em 22 meses. Outros escritórios de grande porte também aparecem na lista, com valores superiores a R\$ 40 milhões. As bancas afirmam que os pagamentos são compatíveis com os serviços prestados e, em alguns casos, contestam os dados divulgados, alegando sigilo fiscal e inconsistências nas informações vazadas.

Os documentos também apontam pagamentos a figuras políticas e escritórios ligados a ex-integrantes de governos e tribunais superiores, o que ampliou a repercussão do caso em Brasília.

Além disso, relatório do Coaf identificou movimentações consideradas atípicas, incluindo repasses milionários a empresas de comunicação, com índices de circulação rápida de recursos entre companhias do mesmo grupo econômico.

Diante do avanço das revelações, seis senadores recorreram ao Supremo Tribunal Federal, no fim de março, com um mandado de segurança para obrigar a instalação da CPI. O grupo argumenta que a demora pode comprometer a coleta de provas e prejudicar as investigações.

A expectativa agora é de que o tema volte ao centro do debate político nas próximas semanas, em meio à pressão crescente por esclarecimentos sobre um dos maiores escândalos financeiros recentes do país.

» PL da Dosimetria

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), marcou para o dia 30 a votação do veto do presidente Lula ao PL da Dosimetria. O projeto prevê redução das penas impostas ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e a outros réus condenados por tentativa de golpe. “O meu desejo é, o mais rápido possível, fazermos uma sessão do Congresso Nacional para deliberarmos um assunto relevantíssimo e que carece da deliberação do Congresso, que é o veto ao Projeto de Lei da Dosimetria”, disse antontem Alcolumbre.

O destino de Messias

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), destravou a tramitação da indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, ao Supremo Tribunal Federal (STF) ao marcar para 29 de abril a sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A definição do calendário foi confirmada pelo relator do processo na Casa, senador Weverton Rocha (PDT-MA), e representa um avanço após mais de quatro meses entre o anúncio e o envio formal do nome pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O cronograma prevê a leitura do relatório no próximo dia 15. A etapa formaliza o início da análise no colegiado e abre caminho para a sabatina e a votação. Nos bastidores, a avaliação é de que o ambiente político se tornou mais favorável nas últimas semanas, com redução de resistências e ampliação do diálogo entre indicados e parlamentares.

O relator deve apresentar parecer favorável, destacando que Messias atende aos requisitos constitucionais, como notório saber jurídico e reputação ilibada. A articulação política tem sido intensificada pelo governo, com a mobilização de lideranças no Senado e a realização de encontros para aproximar o indicado dos parlamentares.

Em nota, Messias afirmou receber “com otimismo e serenidade” a definição da data da sabatina. Ele também agradeceu a Alcolumbre, ao presidente da CCJ, Otto Alencar (PSD-BA), e a Rocha. O indicado ressaltou que seguirá mantendo diálogo “franco e aberto” com os 81 senadores até a avaliação.

Messias precisará de ao menos 14 votos favoráveis para aprovação na CCJ. No plenário, terá de conseguir a maioria absoluta de votos: pelo menos 41. A votação é secreta. (AB)

Pagamento de R\$ 27 milhões ao Metrôpoles

Um relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) colocou sob suspeita repasses de R\$ 27,2 milhões feitos pelo Banco Master ao site de notícias Metrôpoles entre 2024 e 2025.

Conforme divulgado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, o documento aponta indícios de movimentações financeiras consideradas atípicas, incluindo transferências imediatas dos valores para empresas vinculadas ao empresário Luiz Estevão.

Segundo o Coaf, os recursos enviados pelo banco foram, em parte, rapidamente direcionados a outras companhias do mesmo grupo familiar, como Madison Gerenciamento S/A, Sense Construções e Participações S/A e Macondo Construções e Participações S/A. O órgão avalia que esse padrão “pode configurar possível movimentação de recursos em benefício de terceiros”, o que acendeu alertas no sistema de monitoramento financeiro.

As comunicações foram feitas pela Caixa Econômica Federal, que também identificou incompatibilidade entre o volume movimentado e o faturamento médio mensal da empresa Metrôpoles Marketing e Propaganda LTDA.

O relatório ainda classifica os aportes do Banco Master como “inusitados”, destacando operações com crédito seguido de débito imediato, prática frequentemente

associada a tentativas de dispersão de recursos.

No período analisado, o banco aparece como principal fonte de receita do veículo em 2025, com pagamentos que chegaram a R\$ 5,7 milhões em operações isoladas. Apesar de os repasses terem começado em janeiro daquele ano, a justificativa apresentada por Estevão é de que os valores se referem ao patrocínio do Will Bank para a transmissão da Série D do Campeonato Brasileiro.

A competição teve início em 19 de abril de 2025, mas a exibição da marca do patrocinador nas transmissões e nos estádios só começou meses depois. O acordo para transmissão dos jogos foi anunciado apenas em julho, e a presença da marca nas placas de publicidade ocorreu a partir da 14ª rodada, no fim daquele mês, mais de 90 dias após o início do torneio e cerca de seis meses depois dos primeiros repasses financeiros.

Além do patrocínio, houve negociação de naming rights, que rebatizou a competição como “Brasileirão Série D Will Bank”. Foi a primeira vez que a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) comercializou esse tipo de direito para o torneio.

Ao *Estadão*, Luiz Estevão defendeu a legalidade das operações e afirmou que os valores recebidos são compatíveis com o mercado. Segundo ele, os montantes poderiam ter sido ainda maiores, não fosse a

interrupção dos pagamentos após a liquidação do Banco Master pelo Banco Central. “O dinheiro que eu recebi passa a ser meu e faço com ele o que eu quiser”, declarou.

Leo Dias

Relatórios do Coaf também apontam movimentação financeira de empresas ligadas ao jornalista Leo Dias, conforme o *Estadão*. Entre fevereiro de 2024 e maio de 2025, o Master realizou seis pagamentos que somam R\$ 9,9 milhões para a Leo Dias Comunicação e Jornalismo. No mesmo período, outros R\$ 2 milhões chegaram à empresa por meio de uma terceira firma abastecida majoritariamente com recursos do próprio banco.

Conforme a reportagem, a defesa do jornalista sustenta que os valores têm origem em um contrato de publicidade firmado com o Will Bank, que integrava o grupo Master e também foi alvo de liquidação pelo Banco Central.

Os documentos analisados mostram que, em 15 meses, a empresa movimentou R\$ 34,9 milhões em entradas, sendo que os repasses vinculados ao Banco Master correspondem a 28% desse total. No mesmo intervalo, as saídas chegaram a R\$ 35,7 milhões e incluem pagamentos de boletos emitidos em nome de terceiros.

Ed Alves/CB/D.A Press



O portal fez débito imediato de valores a outras empresas de Luiz Estevão

Outro documento do órgão aponta uma transferência adicional de R\$ 2 milhões feita pela empresa LD Produções a Leo Dias Comunicação, em duas parcelas entre novembro de 2024 e outubro de 2025. Embora o nome sugira ligação direta com o jornalista, a companhia pertence ao empresário Flávio Carneiro, próximo de Vorcaro.

Carneiro já manteve sociedade com Fabiano Zettel, cunhado e operador financeiro do banqueiro, em uma empresa de tecnologia

voltada a sites jornalísticos. Nesse intervalo, a LD Produções recebeu R\$ 3,7 milhões, sendo R\$ 3,3 milhões (o equivalente a 90%) oriundos do Banco Master.

Os relatórios indicam ainda outra conexão indireta: a empresa do jornalista repassou R\$ 2,6 milhões à Foone Serviços Internet. A companhia teve como sócios, em determinado momento, Carneiro e Zettel, e atuava no desenvolvimento de soluções tecnológicas para portais de notícias.

Até outubro do ano passado, Leo Dias detinha 100% da empresa. Nesse mês, transferiu 10% das ações para Thiago Miranda, que, de acordo com o *Estadão*, esteve envolvido na contratação de influenciadores para criticar o Banco Central após a decisão de liquidar o Master. Na sequência, a empresa foi convertida de sociedade limitada para sociedade anônima, o que retirou do acesso público os dados sobre a composição societária.

Em nova manifestação, a assessoria do jornalista afirmou ao *Estadão*: “Reiteramos ainda que, conforme esclarecido em nota oficial publicada em janeiro de 2026, Thiago Miranda deixou o cargo de CEO em junho de 2025. Desde então, não exerce qualquer função de gestão, participação em decisões estratégicas ou atuação operacional no grupo. Dessa forma, não possui qualquer controle administrativo, vínculo de governança ou influência sobre as atividades atualmente desempenhadas pela empresa”.

Em nota ao *Correio*, a equipe do jornalista afirmou que os repasses do Master tratavam de contrato publicitário. “Conforme já informado anteriormente, e de amplo conhecimento público, o Grupo Master, por meio da marca Will Bank, manteve contrato publicitário com empresas do Grupo Leo Dias Comunicação no período de outubro de 2024 a outubro de 2025”, declarou.